

Ana Lucia Alencar Burgos

**UM ENFOQUE DE GÊNERO
NA POLÍTICA URBANA NO BRASIL**
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

Appris
Editora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
GÊNERO, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	19
1.1 GÊNERO COMO UMA QUESTÃO?	20
1.2 CIDADE E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	27
1.3 PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	38
1.4 PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL	45
1.4.1 Processos participativos e movimentos sociais urbanos no Recife	54
CAPÍTULO 2	
O PLANEJAMENTO URBANO E AS POLÍTICAS URBANAS NO BRASIL	63
2.1 O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	66
2.1.1 O Estado frente ao planejamento	76
2.2 A POLÍTICA URBANA NO BRASIL	80
2.3 A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL NO GOVERNO DEMOCRÁTICO	95
2.4 AS CIDADES BRASILEIRAS E SUAS CONTRADIÇÕES	117
2.4.1 A Cidade do Recife	122
2.4.2 Política de habitação da cidade do Recife	139
CAPÍTULO 3	
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS URBANOS – O CASO DO RECIFE	149
3.1 DOIS ASSENTAMENTOS POPULARES E UM PROJETO DE URBANIZAÇÃO – O CASO SÍTIO GRANDE/DANICING DAYS	162
3.2 Os sujeitos sociais e suas características	201
3.3 Participação feminina versus participação masculina	204
3.3.1 A participação dos moradores no projeto	215
3.3.2 A participação dos moradores na busca pela melhoria na qualidade de vida	223
3.3.3 A percepção dos moradores sobre o projeto	232

CONSIDERAÇÕES FINAIS247

REFERÊNCIAS253

PREFÁCIO

Tempos de Desvendar... Tempos de Avançar

Tempos controversos, tempos adversos, tempos de desvendar, tempos de avançar, tempos de reconstruir. Contrastes, contradições, desafios estão postos com as marcas de uma sociedade em transição. Nesse ambiente, vem a público esta obra, em formato de livro, intitulada *Um Enfoque de Gênero na Política Urbana no Brasil: avanços e contradições*, da autoria de Ana Lúcia Alencar Burgos. Os escritos têm origem na tese de doutorado apresentada e defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2013.

Trata-se de um trabalho atual de destacada relevância, ensejando contribuições ao debate acadêmico, a discussões nos espaços profissionais, a diálogos nos espaços de gestão pública, a usuários dos serviços públicos, a estudiosos e pesquisadores ocupados e preocupados com as múltiplas implicações e impactos a que a questão de gênero – particularizando o recorte referente à mulher – no interior da política urbana, pode alavancar frente aos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Ademais, estes escritos fomentam diálogos entre formuladores e operacionalizadores da política urbana.

Psicóloga de formação, envereda pelo mestrado em Desenvolvimento Urbano e cursa doutorado em Serviço Social na UFPE. Nessa caminhada, associa as escolhas acadêmicas com as atividades e práticas profissionais desenvolvidas na Caixa Econômica Federal (CEF), no Recife. O exercício de atribuições técnicas fortaleceu a aproximação com as questões urbanas e a instigou na busca pelo debate e pela apreensão sobre o planejamento urbano.

O Recife, capital do estado de Pernambuco, cidade situada no Nordeste do Brasil, múltipla, bela e instigante, é o palco da investigação empírica. Uma cidade que registra um somatório de profundas desigualdades socioespaciais, econômicas, jurídicas e culturais persistentes por décadas, atravessando séculos, até os dias de hoje.

Nesses cenários, a questão de gênero, da mulher, eclode como fonte para busca e construção do conhecimento, no sentido de suplantiar décadas nas quais as lacunas foram seguidamente expostas. No movimento do real, lutas, resistências e avanços foram fortemente cravadas por diferentes sujeitos

sociais frente à questão da habitação, do acesso à terra, da infraestrutura – saneamento básico. Um ambiente propício aos desafios do conhecimento no qual Ana Burgos, ao desenvolver suas atividades profissionais e estudos acadêmicos, encontra o lastro, seleciona esse território cruzando observações dos fenômenos urbanos, enquanto ponto de partida para definição do seu objeto de estudo.

O debate sobre gênero ganha dimensão no mundo e no país em período histórico recente e se insere no universo das resistências, lutas, desafios e conquistas das mulheres na incessante busca para assegurar o seu lugar e visibilidade enquanto sujeito na sociedade contemporânea.

O debate sobre gênero, situado na dimensão histórica e realizado pela autora, tem sustentação teórica em formulações analíticas de pesquisadoras e estudiosas do país e do mundo. A participação da mulher nas questões urbanas, com foco no Recife, a faz percorrer processos participativos que ganharam espaço e lugar nesse território, ao tempo em que estabelece as conexões com os movimentos sociais, seja na escala nacional, ou na escala da cidade.

Ana Burgos defende que a política urbana brasileira assume caráter fragmentário, planejada e operada de forma compartimentalizada, sem estabelecer as conexões fundamentais entre elas e, dessa ótica, termina por reduzir a capacidade de resposta desse mesmo Estado às necessidades da população.

Convém assinalar que a política urbana, ao longo da sua trajetória, é perpassada por um conjunto de interesses em permanente disputa no e pelo espaço urbano, confrontando grupos e classes sociais. Os processos de financeirização e de acumulação capitalista no urbano se acentuam no presente, afetam e convergem para o acirramento das desigualdades socioespaciais e territoriais com rebatimentos em relação à mulher na sua vivência cotidiana.

Todavia, admite a autora, em contexto desigual e contraditório, a mulher, por meio efetivo de participação e de diversas formas de organização na cidade, passa a estabelecer relações de poder, enfrentando e confrontando a opressão ainda tão persistente na sociedade atual. Isso é demarcado, entre outros pontos, nas lutas por moradia, base para a vida pessoal e familiar, referência para os múltiplos processos que amparam o direito à cidade, o direito de construir e de reconstruir a cidade.

Situado no espaço-tempo, o estudo desenvolvido pela autora demarca a periodicidade pós Carta Magna de 1988, mas com o olhar que a faz reto-

mar a Política Urbana e de Habitação nos marcos dos anos de 1930, quando são ensaiadas no país iniciativas de provisão de moradias pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Tais iniciativas eram direcionadas a públicos exclusivos e com vinculação trabalhista.

No Recife, a Política de Habitação no período do interventor Agamenon Magalhães (1937-1945) foi marcada pela criação da Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), em 1939. Nesse mesmo ano, foi realizado o Censo dos Mocambos, sendo recenseados 45.581 mocambos, nos quais residiam uma população de 164.637 mil habitantes, correspondendo a 63,7% da população da cidade. Desse universo dos mocambos, 12.454 foram erradicados das áreas alagadas que vivenciaram aterros rudimentares, sendo reconstruídas na cidade somente 5.707 habitações. Em simultaneidade, o governo pactuou com os proprietários de terra dos morros da Zona Norte da cidade, tornando-se, este, o lugar ocupado por parcela da população destituída de suas habitações.

A ação do Estado, as necessidades de habitação da população pobre concorrem para acionar lutas sociais por terra e por habitação tão presentes na história do Recife. Nesse movimento de lutas são tecidos fios e correntes que envolvem a participação de homens e mulheres no processo de construção e de reconstrução da cidade. Esses processos se distinguem, conforme identifica Ana Burgos ao examinar, décadas posteriores, o recorte espacial, territorial e socioeconômico da execução do Projeto Urbano Sítio Grande/Dancing Days. Identifica a autora, quando assinala e atém-se à análise da participação feminina, os avanços, as conquistas que, para a população pobre, nesse contexto, firmam-se em tempos alongados e incompletos, indicativos das disputas entre classes sociais no urbano.

Esta obra também vem a público em tempos de pandemia do Coronavírus (Covid-19), que assola a humanidade, o país e o Recife. Um vírus que, dado ao seu grau e velocidade de contágio, tem exigido isolamento social como alternativa, adicionada a outras, de proteção e preservação da vida. Entretanto, a pandemia está sendo confrontada com o negacionismo, por parte do governo federal e, ao mesmo tempo, retardando providências indispensáveis ao enfrentamento da doença.

O aprofundamento da crise do capital que já estava em curso, em escala mundial, amplia-se, provoca e impacta as populações pobres em tempos de pandemia e de crise sanitária. Nesses termos, são alargadas as desigualdades econômicas e sociais, eleva-se o desemprego e se reduz o